
Documentação & vária

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

103

Neste número da Forum, na secção dos Livros Vermelho e Negro do Património Arqueológico damos particular relevo a três factores distintos que ameaçam os monumentos e sítios do nosso país. Trata-se da florestação, da construção de barragens hidroeléctricas, e do crescimento urbano desregrado.

Como é óbvio quer a florestação, quer o aproveitamento intensivo da energia hídrica, quer a construção civil, são factores de desenvolvimento. Não é isso que está em causa.

O que nos preocupa é o lançamento de projectos de certa envergadura, e de planos de urbanização, que quase sempre têm impacto sobre o património arqueológico, sem que primeiro se realizem os necessários estudos prévios, por entidades de reconhecida competência científica. Nos países mais desenvolvidos como o EUA ou a RFA, nenhum projecto que tenha impacto sobre o subsolo é aprovado sem que tenham sido realizadas prospecções arqueológicas, e recomendados os necessários estudos subsequentes, normalmente pagos pela entidade promotora do empreendimento.

Em princípio também no nosso país assim deveria ser, se a Constituição fosse cumprida. Ou se fossem aplicados os princípios pelos quais se rege a Comunidade Económica Europeia.

Confiamos que sim, e acreditamos que as Secretarias de Estado da Cultura e do Ambiente vão ser exigentes na apreciação dos relatórios de impacto dos numerosos projectos de florestação e de construção de barragens hidro-eléctricas, previstos para os próximos anos. Confiamos também que os Planos Directores Municipais passem a incluir estudos sérios no capítulo da arqueologia.

Entretanto neste nosso Livro referimos casos de sítios arqueológicos que no passado recente foram vítimas da florestação ou da construção de barragens, ou do urbanismo sem regras, como forma de sublinhar o que está em causa.



PONTES E CAMINHOS

O conhecimento exacto das redes viárias é hoje um dos pontos fulcrais de qualquer projecto de pesquisas, seja em arqueologia, seja em história.

Nesta perspectiva verifica-se um renovado interesse pelos livros de viagens, redegidos no século XVIII e XIX, e pelos Itinerários Medievais.

No entanto um conhecimento seguro das redes de caminhos só pode ser adquirido através de testemunhos materiais indiscutíveis, pontes, calçadas, cruzeiros, na época medieval, ou pontes e miliários no período romano, que assinalam com rigor cartográfico os trajectos.

No Norte de Portugal, o forte caudal de muitos rios e ribeiras, o pendor íngreme de muitas vertentes, obrigaram à construção de inúmeras pontes e calçadas, obras de arte de dimensão e qualidade variáveis, e de cronologia por vezes indeterminável, mas que em muitos casos perduraram até ao século XX, cumprindo as funções para que foram criadas.

Um inventário sistemático de todos os testemunhos relacionados com a rede viária que se estabeleceu a partir da romanização e das suas alterações ao longo dos séculos, ainda não foi feito, apesar de existirem estudos locais, ou monografias de grande interesse, em particular sobre as estradas romanas e os caminhos medievais. Ora a grande maioria das pontes antigas, que constituem um dos melhores meios de defenir os trajectos principais, correm sério risco de se arruinarem e desaparecerem nos próximos decénios, algumas mesmo nos próximos anos.

Esta situação generalizada de ameaça que pende sobre este género de monumentos é relativamente recente e resulta do abandono a que foram votadas as antigas pontes na sequência do surto de abertura de novas estradas municipais e vicinais, ocorrido após 1794. Anteriormente as antigas pontes eram objecto de cuidados periódicos de limpeza, e obras de restauro, sempre que principiavam a ameaçar ruína. Os historiadores que lidam com os arquivos das Idades Média,

Moderna e Contemporânea conhecem bem as inúmeras referências a obras em pontes, por vezes reedificadas quase de novo.

A partir da década de setenta, deste nosso século, só as pontes classificadas como Monumento Nacional, ou Imóvel de Interesse Público continuaram a ser cuidadas, e mesmo essas ao sabor dos limitados meios financeiros e técnicos, postos ao dispor dos departamentos estatais responsáveis pelo Património Cultural. Em alguns casos as autarquias têm também procedido a trabalhos de manutenção.

Porém de um modo geral a maior parte das pontes medievais e da Idade Moderna, que temos visitado nos últimos anos, e que deixaram de ser utilizadas, encontram-se cobertas por vegetação arbustiva e mesmo arbórea, que penetra nos aparelhos, aí fixando as raízes e acelerando a erosão natural. Entretanto as brechas dos talhamares e dos arcos alargam-se progressivamente, sem serem colmatadas. E as guardas tombam para os leitos dos cursos de água sem serem repostas, ou pura e simplesmente são roubadas, para construir uma lareira, ou para compor o muro de uma tapada. Acumulam-se ramos e lixo diverso nos olhais, e sob os arcos, impedindo a passagem livre das águas das cheias, e aumentando assim a pressão dos caudais.

106

Poderia citar neste texto toda uma série de pontes e calçadas que sofrem destes males e que necessitam de trabalhos urgentes de limpeza, consolidação e restauro. Talvez não valha a pena. Seria uma lista extensa, e certamente incompleta. Melhor será apontar o futuro certo da generalidade dessas obras de arte, caso não se tomem medidas.

Como consequência do processo de degradação que descrevemos sucintamente a estrutura das pontes adquire pontos frágeis, e acabam assim por não aguentar as cheias mais violentas, ruindo inesperadamente. Do que foi uma obra de arte ficam os arranques adossados, às margens e as pedras espalhadas pelo leito da ribeira.

E no entanto as pontes, os locais adjacentes, e as calçadas que a elas conduzem, constituem normalmente sítios de grande beleza e interesse paisagístico, e mesmo turístico. Se em Portugal se desenvolver o turismo pedestre, e se difundir o interesse pelos antigos itinerários, as pontes antigas passam a constituir pontos obrigatórios de paragem.

Esperemos que as entidades públicas e privadas, se decidam a salvar este sector do nosso património construído, defenindo regras de actuação, diagnosticando os casos mais graves, e ultrapassando a óptica míope do monumento classificado, para a perspectiva mais eficaz dos conjuntos. Ou caso entendam que se trata de uma tarefa ciclópica que transcende os meios disponíveis, que, pelo menos,

optem por proceder a um registo topográfico e fotogramétrico de todos os exemplares existentes. Mas se mesmo assim considerarem inviável esta operação de salvamento, que procedam ao registo científico das pontes mais significativas, seja pela sua arquitectura, seja pela sua história.

Braga, Junho de 1989

Francisco Sande Lemos

MARCOS MILIÁRIOS DA TROFA

Na estrada nacional, logo a seguir à ponte sobre ribeira de Sedões, para quem se desloca do Porto para Famalicão, ou para Braga, o observador mais atento pode reparar em dois marcos de granito, implantados de cada lado da via, junto às bermas. Estes dois marcos, que de facto são três, pois que um deles está colocado em cima do outro, são miliários romanos, conhecidos entre os arqueólogos por Miliários da Trofa.

Foram descobertos em 1867, quando se demoliu uma antiga ponte sobre a referida ribeira, a fim de construir a Estrada Nacional Porto-Braga. Estavam incorporados no aparelho da antiga ponte, e o engenheiro responsável pelos trabalhos, de acordo com o que narra Martins Sarmento em correspondência dirigida a Emilio Hubner, e ao Abade Pedrosa, mandou colocá-los à beira da estrada recentemente aberta. Diga-se de passagem que o sábio alemão, na sua viagem a Portugal os procurou sem sucesso na chamada Ponte da Trofa, tal como Augusto Soromenho, enganados por uma designação errada, que ainda hoje persiste.

Aliás, e entretanto, um lavrador mais diligente decidira aproveitar os marcos para esteios de uma vinha que andava a plantar.

Sabedor deste inglório destino a que pareciam votados os marcos, Francisco Martins Sarmento pediu ajuda ao Abade Pedrosa, que conseguiu demover o lavrador dos seus propósitos, regressando as peças ao local da estrada onde as tinha depositado o engenheiro, e onde permanecem desde 1888. Esta ideia de manter os miliários no local da sua descoberta, seria, em princípio, correcta.

Mas este posicionamento não é o ideal, antes pelo contrário. De facto os miliários acham-se nas bermas de uma das mais movimentadas estradas do país, com um alucinante tráfego, e com numerosos

acidentes viários. Para além das graves consequências de toda a poluição química, que faz sentir os seus efeitos sobre a superfície das peças, acelerando a sua meteorização, os miliários ditos da Trofa correm o risco permanente de aniquilamento físico. De facto só surpreende que ainda não tenham sido vítimas de um qualquer acidente que os derrube e quebre.

Esta ameaça que pende sobre três peças que suscitaram o interesse de figuras nacionais e regionais do século passado, que as salvaram de destruição certa, deveria ser anulada, com urgência.

Entretanto façamos votos para que nenhum acidente ocorra no local.

Braga, Junho de 1989
Francisco Sande Lemos

Nota: Para mais pormenores acerca destes miliários da «Trofa» pode-se consultar a Correspondência entre Martins Sarmento e o Abade Pedrosa (publicada na Revista de Guimarães por Augusto Pires de Lima, em 1940) e a Correspondência entre Martins Sarmento e Emilio Hubner (divulgada por Mário Cardoso em 1946, no volume OO da mesma Revista); no que concerne a dados sobre o troço da via romana entre Cale (Porto) e Bracara Augusta (Braga), pode-se ler o trabalho da autoria de Carlos Alberto Ferreira da Almeida, intitulado «Romanização das Terras da Maia», editado em 1960. Note-se aliás que um estudo pormenorizado da via romana entre Olisipo e Bracara Augusta, em que se integrava este troço, está a ser elaborado por um assistente da Faculdade de Letras de Coimbra, Vasco Mantas.

CENTROS HISTÓRICOS URBANOS

SUBSOLO ARQUEOLÓGICO

Incluimos também neste Livro Vermelho do Património Arqueológico Português, uma categoria, aparentemente abstracta, mas que corresponde de facto a um grave problema de salvaguarda, que preocupa os arqueólogos, e provoca sérias «dores de cabeça» aos directores dos serviços competentes da Administração Central, e aos responsáveis autárquicos.

Referimo-nos ao subsolo arqueológico urbano.

De facto os solos dos chamados centros históricos das cidades constituem arquivos de valor único, quer pelas informações que contêm, quer pelas ruínas que escondem, quer ainda pelos objectos que albergam¹.

A Itália e a Inglaterra foram países percussores neste novo domínio da arqueologia, a chamada arqueologia urbana. Progressivamente esta nova área de actuação dos arqueólogos generalizou-se por toda a Europa, adquirindo uma importância crescente. Sob o pavimento das ruas ou das praças, sob os alicerces de igrejas e casas, descobrem-se e estudam-se estruturas, estratigrafias, series de material, que desvendam as origens e a história das cidades.

Desde Braga, no extremo ocidente da Europa, até longínqua Moscovo, onde os arqueólogos se dedicam a registar minuciosamente os vestígios fugazes de casas de madeira e textos gravados em folha de casca de betula, a arqueologia urbana começa a fazer parte do quotidiano das cidades. Em Marselha, numa das principais praças da zona portuária, descobriram-se os vestígios do antigo porto grego. Em Estocolmo, na área adjacente ao parlamento, foram exumadas os restos de atracadouro da época viking. Em Londres prossegue a um ritmo crescente o estudo da cidade romana. Em Florença a praça principal foi esventrada por trabalhos arqueológicos que pesquisam as origens remotas da cidade.

No nosso país o interesse revelado pelo I Governo Constitucional, no arranque do Salvamento de Bracara Augusta, em 1976, fazia prever que Portugal seria um país europeu, neste domínio específico. De facto a burocracia prematuramente envelhecida que domina a área do chamado património cultural foi e continua a ser incapaz de apoiar esse e outros projectos inovadores. As questões relacionadas com a recuperação dos centros Históricos do nosso país reduzem-se a problemas de fachadas e volumetrias, ignorando-se os aspectos essenciais de

conhecimento, de estruturas e de história. Os votos piedosos consagrados pelos arqueólogos nas Actas do I Colóquio Nacional de Arqueologia Urbana (1984) não se concretisaram². Pelo contrário.

O Salvamento de Bracara Augusta enfrenta crescentes problemas³. Em Tomar a salvaguarda das ruínas arrasta-se, envolta em equívocos, e em muitas cidades do nosso país fazem-se obras e arrasam-se solos e estruturas arqueológicas sem que fique o mínimo registo.

Se num futuro próximo, ou longínquo, os portugueses dedicarem maior interesse à história das suas cidades, a década de oitenta será por certo considerada um período negro.

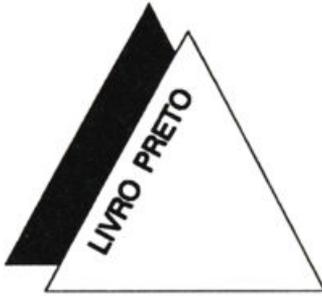
Se não forem tomadas medidas urgentes, que competem ao Governo e às autarquias, entraremos na década de noventa com um ritmo alucinante de destruições a nível do subsolo histórico das nossas urbes, processo irremediável, inútil e lamentável.

Braga, Junho de 1989
Francisco Sande Lemos

NOTAS

110

- 1 — Por mais estranho que pareça, e apesar das insistências de alguns arqueólogos, os responsáveis pela gestão e planeamento do património cultural português, ignoram, ou descutam sistematicamente o valor científico do subsolo histórico urbano. Os arquitectos, por sua vez, por deficiência de formação curricular, possuem poucos conhecimentos de história, e ainda menos de arqueologia, pelo que se encontram mal preparados para avaliar a importância das estruturas e solos arqueológicos urbanos.
- 2 — As actas deste Colóquio foram publicadas pelo Departamento de Arqueologia do IPPC, na série *Trabalhos*, 03, 1986.
- 3 — No que concerne ao caso do Projecto de Salvamento de Bracara Augusta, um caso de certo modo típico, embora de dimensão muito superior ao que é norma no nosso país, o mesmo é relatado num texto divulgado no presente número da *Forum*, intitulado DOSSIER-SALVAMENTO DE BRACARA AUGUSTA.



MONUMENTOS MEGALÍTICOS-ANTAS E MAMOAS

A referência a monumentos e sítios singulares, que têm sido destruídos nestas últimas décadas, pode conduzir as pessoas à errónea ideia de que o problema da salvaguarda do nosso património arqueológico é uma soma de casos individuais. De facto não é assim. De facto existem grupos de monumentos que têm sido mais atingidos do que outros, ou melhor, que são aniquilados por factores específicos, em processos «epidémicos» resultantes de factores patogénicos próprios, perfeitamente identificados.

Nesta perspectiva vamos a analisar o caso dos chamados monumentos megalíticos, antas e mamoadas.

Seria fastidioso discriminar numa listagem as mamoadas e antas que têm sido destruídas no Norte de Portugal, nas últimas décadas, ou enumerar os monumentos megalíticos que foram citados por autores do século passado e que já não existem, embora fosse um terrível memorial revelador da incapacidade manifesta do nosso país para salvaguardar os testemunhos da sua prehistória.

Em vez desse memorial vamos explicar neste livro negro porque e como desaparecem mamoadas e antas.

As antigas causas de destruição, aliás documentadas desde do século XVI, através de textos coevos, foram a cobiça dos tesouros, ou o espírito de tudo aproveitar. Numerosos megalitos foram esventrados e violados em busca de tesouros inexistentes, ou foram desmantelados para os seus esteios serem aplicados num muro de propriedade ou numa ramada.

Estas eram as causas tradicionais de morte.

A partir dos anos cinquenta, deste nosso século, um novo factor destrutivo emerge, primeiro com um efeito letal limitado, e depois em ondas de aniquilamento, cada vez maiores. Refiro-me à florestação das serras do nosso país, em particular das do Norte.

Nos cumes aplanados das nossas montanhas conservavam-se milhares de dolmens e mamoadas, agrupados em núcleos de dimensão

variável. E no entanto apesar da sua aparência exterior por vezes uniforme, e maugrado o seu elevado número, cada monumento megalítico é uma entidade singular, representa um modelo construtivo distinto, e situa-se num momento diferente da história das comunidades que viveram nessas serras. Esta assinalável riqueza do fenómeno megalítico ficou demonstrada com os estudos efectuados por Vitor Oliveira Jorge na Serra da Aboboreira¹.

Ora estes monumentos, carregados de informação, e que deviam constituir preciosa reserva científica, têm sido aniquilados a uma escala sem precedentes nas últimas décadas.

A necrópole da Serra do Alvão, que chegou a ser classificada como Monumento Nacional, e que integrava dezenas de antas e mamoaas, foi praticamente varrida do mapa, restando um ou outro megálio isolado, em mau estado de conservação².

No Planalto de Castro Laboreiro não se sabe quantos monumentos desapareceram, e os que sobreviveram, apresentam as cicatrizes das profundas feridas que sofreram³.

Na Serra da Peneda uma das mais imponentes mamoaas do grupo que se situava na chã de Lamas do Vez, nas proximidades das nascentes deste rio, foi rasgada a meio, a fim de poder funcionar como fossa para mudança do óleo do motor das pesadas máquinas de florestação⁴.

Os núcleos da Serra Amarela, descobertos em 1984, foram salvos in extremis, pois que estava projectada a florestação das áreas por onde se distribuem⁵.

Ainda na década de oitenta foram arrasadas mamoaas na Serra de Vilarelho, no concelho de Alijó.

É verdade que os Serviços Florestais e o Serviço de Parques já colaboram com os arqueólogos na salvaguarda desses monumentos. No entanto ignoramos o grau de destruição causado pela florestação desenvolvida por particulares, nomeadamente pelas empresas que trabalham para as Celuloses.

Para completar o quadro negativo do que acontece nas montanhas, diga-se que as antas e mamoaas situadas em vales, as poucas que aí sobreviveram, continuam a ser destruídas, ou pela urbanização de cidades e vilas, ou por explorações de areais e argilas, ou pela agricultura mecanizada. Ainda no começo deste ano (1989) foi arrasada a Mamoa de Donai, imóvel classificado, e importante sítio, estudado por Henrique Pinheiro, no século XIX, e desde então amplamente citado e conhecido.

É indispensável e urgente parar, e inverter este processo. Passar da

destruição e abandono, ao estudo e valorização. O que está em causa é o conhecimento das comunidades que durante milénios habitaram as serranias e os vales do Norte de Portugal.

Braga, Junho de 1989
Francisco Sande Lemos

NOTAS

- 1 — A respeito do trabalho e das conclusões do projecto desenvolvido no âmbito do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, podem-se consultar os diversos artigos sobre o assunto, publicados por Vítor Oliveira Jorge, em sucessivos números do periódico editado pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, a revista ARQUEOLOGIA.
- 2 — Baseamo-nos em prospecções que realizámos no perímetro desta Serra, e sobretudo no levantamento efectuado por Domingos Cruz, cujos resultados foram publicados em texto intitulado, saído a lume a revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, número 25, pp. 396-406.
- 3 — Esta conclusão resulta do trabalho de inventário dos valores arqueológicos do Planalto de Castro Laboreiro, realizado em 1979, a pedido do Parque Nacional da Peneda Gerês, por uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, por nós dirigida.
- 4 — A primeira notícia deste caso foi-nos dada por uma equipa de geólogos. Posteriormente tivemos ocasião de verificar in loco o sucedido. Supomos aliás que os restos mortais deste monumento ainda se podem observar.
- 5 — Graças à intervenção imediata do Departamento de Arqueologia do Parque Nacional da Peneda Gerês. Foram assim salvos dezenas de monumentos megalíticos e diversos núcleos de arte rupestre.

VALE DE FERREIROS—II

Vale de Ferreiros II¹ era um sítio de excepcional valor científico, como se pôde avaliar posteriormente, pelo estudo do espólio recolhido durante a sua destruição.

A possibilidade de existirem pólos de ocupação romana na área a norte do Cabeço da Mua, já tinha sido apontada por Adriano Vasco

Rodrigues, em textos publicados nos anos sessenta, quando abordou a temática da exploração antiga do minério de ferro de Moncorvo. Por outro lado as posteriores prospecções de Jorge Custódio na mesma região, em busca de escoriais, tinham permitido assinalar a ocorrência de pelo menos dois pontos, bem delimitados, com significativa concentração de resíduos da metalurgia do ferro, na área do chamado Vale de Ferreiros, cujo nome já era revelador, só por si.

No entanto, como é uso e costume no nosso país, ninguém pensou em realizar um estudo de impacto quando se projectou construir nessa zona uma barragem para abastecimento de água a Torre de Moncorvo. Aliás quem pensaria em exigir um estudo profundo de impacto ambiental a um empreendimento de pequena dimensão, quando sistematicamente e até há poucos anos a EDP construiu numerosas barragens sem proceder aos necessários estudos do impacto das albufeiras sobre o património arqueológico eventualmente existente nas areias afectadas pela subida do nível das águas².

E quando se realizaram esses estudos foi apenas por iniciativa dos arqueólogos, à pressa, em curtos prazos, como sucedeu na albufeira do Fratel (rio Tejo), e na do Pocinho (rio Douro). Num caso e noutro muito ficou por registar, mas apesar de tudo adquiriram-se conhecimentos significativos sobre a ocupação prehistórica dos vales desses dois rios.

O caso de Vale de Ferreiros II foi mais dramático.

114

De facto o lugar escolhido para implantar a pequena barragem coincidiu matematicamente com o local onde jazia, sob dois metros de escória de ferro, um importante povoado romano³.

As obras não pararam quando se descobriram os primeiros muros dos edifícios romanos, e em pouco mais de uma semana tudo foi arrasado. Do que seria um povoado inteiro, apenas restam meia dúzia de fotografias de construções, e uma planta de um conjunto parcelar de estruturas, realizada graças aos bons ofícios da Ferrominas.

Resta também uma colecção de espólio recolhido por dois arqueólogos que acompanharam a destruição, Nelson Rebanda e Domingos Marcos. O estudo desse espólio, que está em curso, ainda mais sublinha o interesse científico do sítio e a grave perda que foi o seu aniquilamento. Moedas, fragmentos de cerâmicas importadas (Terra Sigillata, Cinzenta Fina Brunida, Bracarense), e de olaria de fabrico local, utensílios de ferro, lingotes, fazem parte desse espólio. No entanto como desconhecemos a sua relação estratigráfica, as conclusões que se podem obter do seu estudo serão forçosamente diminutas.

Entre essas conclusões há uma que se destaca: Vale de Ferreiros teria sido, se fosse devidamente estudado, um sítio que forneceria

dados essenciais para o conhecimento da romanização do Nordeste Transmontano, em particular nos aspectos que se relacionam com o impacto da mineração nesse processo de mudança económica e cultural.

Braga, Junho de 1989
Francisco Sande Lemos

NOTAS

- 1 — O sítio é designado por Vale de Ferreiros II, devido ao facto de existir um outro local, chamado Vale de Ferreiros I, primeiramente descoberto, e que corresponde a um escorial, sob o qual se conservavam dois níveis arqueológicos, um medieval, e outro, inferior, da época romana, conforme se verificou através de sondagens efectuadas em 1984. Vale de Ferreiros I não fica aliás muito distante de Vale de Ferreiros II, o sítio destruído, tema deste texto.
- 2 — Este desinteresse da EDP pela salvaguarda dos valores arqueológicos, foi substituído nos últimos anos por uma atitude de colaboração com as entidades responsáveis pela gestão dos valores arqueológicos, como se constatou no caso da Albufeira do Torrão, e como se está a verificar no empreendimento do Alqueva.
- 3 — Cumpre-nos aqui afirmar que reputamos a autarquia de Torre de Moncorvo como tendo tido escassa responsabilidade no sucedido. De facto a maioria das autarquias do Nordeste Transmontano não dispõe de dados necessários para poder gerir de uma forma mais eficaz o património cultural.

115

BRACARA AUGUSTA-CASA DO POÇO-1969

BRACARA AUGUSTA-POÇO ROMANO DA RUA DE S.GERALDO-1989

O que aconteceu à chamada Casa do Poço, em Braga, ao findar a década de sessenta, veio a lume na imprensa local da época, e posteriormente tem sido referido em textos de teor científico.

Ao terminar a década de oitenta, ou seja em 1989, passados vinte anos, é oportuno recordar esse fait divers da destruição do património arqueológico português, adiante se verá porquê.

Casa do Poço foi uma expressão usada pelos arqueólogos para designar um conjunto de muros de uma casa romana, com um pátio lageado, em cujo centro se abria um profundo poço revestido a pedra aparelhada de granito e tijoleira, com grandes blocos no cimo. A descoberta do conjunto resultara da maciça urbanização da vertente sudoeste da Colina da Cidade, ocorrida nos anos sessenta, durante a qual, constantemente, ruínas e objectos foram esmigalhados pelas pás dos bulldozers.

Neste caso ainda houve uma breve hesitação, algum tempo para proceder a escavações, fazer fotografias, e obter uma planta sumária do que estava à vista. No entanto, quando ainda prosseguiam os estudos, dirigidos por Rigaud de Sousa, numa única noite, a Casa do Poço foi totalmente arrasada, e dela apenas restam os registos mencionados¹. Como habitualmente os responsáveis por esta destruição ficaram impunes.

Ora vinte anos depois, no ano transacto de 1988, um outro poço romano, observado por testemunhas fidedignas, foi intencionalmente destruído, ou aterrado (não se sabe bem), desta feita na área oriental da antiga cidade romana, na Rua de S. Geraldo. A destruição ocorreu durante a abertura dos caboucos para construção de uma vivenda. Inexplicavelmente não houve qualquer intervenção por parte dos Serviços de Arqueologia, apesar de se tratar de uma área protegida.

Num caso, como noutro, as ruínas romanas foram sacrificadas de forma brutal a edifícios modernos. Só que, neste segundo caso nada ficou do monumento ao que se sabe, nem registos fotográficos, nem plantas².

Braga, Junho de 1989

Francisco Sande Lemos

NOTAS

- 1 — Para conhecer os resultados dos estudos realizados por Rigaud de Sousa e Eduardo Oliveira, consulte-se o artigo destes autores, intitulado «Subsídios para o estudo das Olarias de Bracara Augusta», in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 24 (2), 1982, pp. 359-369.
- 2 — Para além dos dois poços referidos neste texto, um terceiro teria sido destruído na encosta sul da Colina de Maximinos, de acordo com informações de Eduardo Oliveira. Somam pois quatro os poços de construção romana já registados até esta data, em Bracara Augusta. O quarto poço, de tipo similar aos referidos, parece ter a conservação garantida, já que se situa em terrenos de propriedade do Instituto Português do Património Cultural.